



XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **22/07/2019**

Aprovado em: **12/08/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.04.17>

LUTA E RECONHECIMENTO DA LIBRAS NO BRASIL

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

KATHIA CILENE SANTOS NASCIMENTO, IVANILDO ARAUJO NUNES

O presente trabalho justifica-se pela discussão corrente na comunidade ouvinte sobre a legitimidade da Língua Brasileira de Sinais (Libras), enquanto segundo idioma oficial falado no Brasil. Para a composição do trabalho, efetuamos um estudo bibliográfico, sites e periódicos, além da legislação, que trata ou permeia o tema da Libras. Dentre os livros pesquisados: *Língua Brasileira de Sinais, linguagem e surdo* (QUADROS, 2005); *Fonética e fonologia - processo das línguas orais e língua de sinais* (PENHA, 2018); *A identidade e cultura surda* (MELO, 2013). Abordaremos algumas questões no desenrolar do trabalho, uma delas é que hoje, a Libras é um idioma característico a comunidade surda brasileira. Outro ponto nevrálgico é que como idioma, a Libras traz aspectos linguísticos, contempla e alcança os diferentes níveis comunicativos, por tanto, tem, de forma lógica e coerente, status de língua.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como principal foco apresentar uma abordagem sobre os registros que marcam o reconhecimento da língua de sinais no Brasil. Para isso, será realizado um levantamento sobre o processo legal. Mas primeiro, deve ser apresentado aqui um breve contexto histórico sobre os fatos mais importantes no processo de uso, divulgação e reconhecimento da Libras.

A principal lei a ser considerada neste escrito é a 10.436/2002 que reconhece a libras como meio de comunicação e expressão dos surdos brasileiros. Registra a obrigatoriedade de agências e concessionárias para o uso e divulgação desta língua. Vale ressaltar que no ano de 1857, os surdos brasileiros já se comunicavam por meio da então considerada, na época linguagem de sinais. O status de língua só foi registrado com o reconhecimento legal no ano de 2002.

Para explanar sobre o reconhecimento legal da Libras será realizada uma discussão direcionada a composição e status linguístico da Libras. A abordagem tem como objetivos apresentar elementos que definam língua de linguagem; argumentar sobre os pontos que possibilitaram o reconhecimento da Libras como língua; apresentar definições do que deve ou não ser caracterizado como oficial e argumentar sobre a legitimidade da Libras como idioma da comunidade surda brasileira.

A pesquisa tem como questão norteadora a seguinte indagação: a libras pode realmente ser considerada como o segundo idioma reconhecido e usado no Brasil? É com base neste questionamento que buscaremos ao longo da abordagem, conceituar o status da Libras, visto que, acredita-se que a libras é uma língua reconhecido como segundo idioma falado e reconhecido na nação brasileira.

A pesquisa justifica-se pela relevância do assunto, visto que, muitos professores, e acadêmicos ainda se questionam se a libras é de fato o segundo idioma reconhecido legalmente. O questionamento surge “da ainda” não exigência da Libras nos currículos das escolas de nível Fundamental e Médio. Para definir de forma consistente uma resposta coesa para os dois grupos elencado acima é que a proposta desta pesquisa foi elaborada.

Para a composição da pesquisa foram utilizadas fontes como livros didáticos do curso de Letras/Libras promovido pela UNIASSELVI, UNIT e *UNICESUMAR*, gramáticas que versam sobre a composição da língua de sinais brasileira, libras, artigos de jornal online, textos lei que descreve o reconhecimento legal da Libras e suas disposições, além do Decreto que regulamenta a lei que reconhece a Libras como idioma da comunidade surda brasileira.

A leitura, seleção de conceitos, e fichamento de alguns textos foram necessárias para que fosse possível realizar a triagem das principais ideias e possivelmente a exclusão de ideias secundárias para que o texto fosse aqui apresentado de forma clara e objetiva. Logo, a metodologia aplicada na composição desta pesquisa foi a um estudo bibliográfico.

2. LINGUAGEM E LÍNGUA

2.1 Definições de linguagem e língua

A proposta que segue com fim de responder aos objetivos desta pesquisa, sugere a definição de

língua e linguagem para que possamos alcançar o entendimento do processo de reconhecimento da Libras como segundo idioma falado e reconhecido no território brasileiro. A primeira definição a ser contemplada é a da linguagem que:

[...] de um modo geral, funciona como uma roupagem que irá revestir e dar forma aos nossos pensamentos, sentimentos e emoções. É através da linguagem que nós nos fazemos entendidos pelos outros. Todas as linguagens são importantes e precisam ser valorizadas, no caso desse curso em especial, iremos estudar com mais afinco a Libras. (PENHA, 2018, p.8)

Por meio da linguagem conseguimos expressar os mais diversos sentimentos, pensamentos e emoções. É considerada a mais antiga forma de comunicação entre os homens, não exige a aplicabilidade de regras para ser utilizada, mas precisa ser bem organizada para que possa ser lida e interpretada pelos demais falantes. Há diferentes possibilidades de uso da linguagem, isso porque dispomos de variadas formas de linguagens. Elas podem ser: verbal ou não verbal. Ainda sobre a comunicação, pode-se afirmar que: “[...] é a forma mais elementar de comunicação. É o modo mais familiar aos homens, baseando-se no diálogo. ” (PENHA, 2018, p.5). Já a linguagem não verbal:

[...] é caracterizada por ser feita através da ausência dos recursos da fala ou da escrita. A comunicação não verbal engloba o uso da linguagem corporal, quando o indivíduo é capaz de se expressar utilizando o seu corpo, através de expressões faciais, posturas corporais, distâncias físicas e gestos que são de caráter inconsciente ao comunicador. Essa forma de linguagem se tornou foco de estudos, pois tem se demonstrado uma das facetas mais interessantes da comunicação. Na linguagem corporal, o corpo se torna um veículo de comunicação, onde jeitos, trejeitos, gestos, tom de voz, transmitem mensagens sobre as quais nem sempre temos controle. (PENHA, 2018, p.5).

No compêndio de possibilidades de linguagens não verbal há variação considerável, e todas elas com amplas possibilidades de leitura e entendimento no ato comunicativo. São alguns exemplos deste tipo de linguagem: placa de trânsito, placa de avisos, imagens, linguagem da computação, linguagens cibernéticas, além dos elementos já apresentados na abordagem da autora Maria da Penha, exibido nas linhas anteriores.

São, portanto, inúmeros os signos que o homem pode se apropriar para interagir com seus pares. Entende-se, então, que: “Os signos linguísticos são elementos que estão presentes em nossa sociedade e que envolve os processos da comunicação e interação humana. Esses elementos sociais podem ser referenciados de forma simples ou complexa.” (NASCIMENTO, 2016, p.7).

Sobre os aspectos que descrevem a língua, ou línguas, Quadros (2005, p. 7), afirma que: “[...] [a] língua é um sistema de signos compartilhados por uma comunidade linguística (sic) comum. ” Logo, a fala ou sinais são expressões de diferentes línguas. No contexto brasileiro: “a Língua Portuguesa é a língua oficial do Brasil, porém ela não é a única encontrada e falada em todo o território nacional. ” (SANTOS e QUERIQUELLI, 2018, p. 60). Além desta contamos com línguas indígenas e da influência de línguas africanas.

Assim como o português integra os signos compartilhados entre os ouvintes brasileiros, a Libras também exerce tal função quando se referindo à comunidade surda.

Ainda sobre a natureza das línguas, é correto afirmar que a língua é um fato social de determinados grupos que se consolida por meio das experiências e interações dos falantes, através do meio que o

cerca. Ortiz (2003, p. 52), ao se referir à língua, afirma que esta é a “[...] condição de inteligibilidade da palavra enquanto mediação que, assegurando a identidade das associações de sons e de conceitos operados pelos locutores, garante a compreensão mútua”.

É digno de ênfase que, o uso e entendimento sobre a libras pela sociedade ainda está em processo de maturação ideológica. Tal afirmativa sucede na confusão que se faz diante do *status* da Libras no âmbito social.

Conforme a professora Nascimento (2018, p.20), a sociedade, de modo geral, não tem a real noção do *status* da Libras enquanto língua, pois quase sempre a confunde com linguagem. Ora, esse um problema histórico e remete à ideia equivocada de que os surdos se comunicavam por meio de mímicas ou gestos que representavam sua linguagem.

No de transição e entendimento sobre a diferença entre língua e linguagem, o reconhecimento da Libras como língua foi regido por um marco histórico que comporta considerável tempo decorrido. Trataremos sobre este aspecto na próxima seção.

2.2 Da gênese ao reconhecimento da Libras

A língua de sinais não é algo relativamente novo, segundo Vygotsky, os homens pré-históricos se comunicavam por meio de gestos e apenas quando começaram a utilizar ferramentas, ocupando as mãos é que começaram a utilizar a comunicação oral.

Possivelmente, antes de se utilizarem das palavras, os seres humanos usavam as mãos para se comunicarem, e havia naturalidade da comunicação por sinais. Podemos então dizer que o processo inverso, isto é, a passagem da língua oral para a manual foi reinventado pelo homem, sempre que necessário e não apenas no caso dos surdos (CARNEIRO, 2016, p. 98).

No livro *A escola inclusiva* (2004), a autora Riley, acentua que, os indígenas do planalto americano também desenvolveram uma língua de sinais para estabelecer uma comunicação entre tribos distintas, que não falavam a mesma língua, e precisavam de uma forma convencional de comunicação. Assim, desenvolveram, ao longo do tempo, um conjunto de sinais bastante eficiente, com o qual conseguiam realizar alianças e comércios.

Segundo a professora Dra. Clélia, até final do século XV não haviam escolas voltadas para a educação dos surdos, e boa parte das vezes, tinha-se a presença de um preceptor (educador privado), via-se o preceptor geralmente em famílias abastadas, que queriam dar um ensino diferenciado aos seus filhos. Era dentro destas famílias nobres e ricas, quando tinham um (a) filho (a) surdo (a), estes solicitavam estes tutores para ensiná-los a oralizar. Isso era de suma importância, pois os rebentos só poderiam herdar títulos e propriedades se dominassem a língua falada por suas famílias e empregados (NOGUEIRA et al, 2019, p.123).

É digno de ênfase, que a Libras assemelha-se ao processo fonológico, mas ocorre com características visuoespaciais, ou seja, estão presentes, desde os signos linguísticos, até a imagem visual não acústica:

Desta forma, a evocação dos significados se dá a partir de um significante imagético e não sonoro. O contato com o registro escrito, então, deverá ser processado por outra via que não a do processamento fonológico da pessoa surda, mas com alto uso da memória visual e com o estabelecimento de correspondências entre o registro escrito e o conceito a ele atribuído, de forma direta. A isto, referimo-nos ao nível lexical do processamento. Para o

aprendizado e processamento das marcações morfossintáticas da língua, a regulação do processamento. (BARBOSA et al, 2013, p.123)

Apesar de a Libras ter sido reconhecida legalmente, no Brasil, como língua no ano de 2002, o uso deste meio de comunicação foi registrado a partir do século XVIII, quando a comunidade surda brasileira contou com a presença dos primeiros educadores de surdos.

Segundo Nascimento (2018), os primeiros indícios de uma educação voltada para os surdos aqui no Brasil, ocorreram no início do ano de 1855, com a vinda do professor francês Ernest Huet, no Rio de Janeiro. Ele organizou a escola para educando surdos, que se chamava: Imperial Instituto de Surdos Mudos. Esta iniciou as atividades entre os anos de 1856 e 1857.

Foram diferentes os métodos que permearam a educação dos surdos no Brasil. Entre eles, pode-se apresentar o método de uso de sinais.

Outro método aplicado ao contexto educacional para surdos foi o oralismo. Sobre este método há um fato muito curioso, pois o idealizador do método, segundo Nascimento, (2018): “[...] foi o pesquisador e ex-professor de surdos, Alexander Granhan Bell, o qual, a princípio, desenvolveu estudos relacionados à acústica e à fonética [...]”. Segundo registros em pesquisa e a exclusão deste método, o mesmo foi um fracasso, promoveu evasão escolar dos surdos e não promoveu ao invés de promover a educação destes. Outro método registrado foi o bimodalismo. Quadros (1997) e Góes (1996) entendem que:

[...] o uso da língua de sinais tem o objetivo de desenvolver a linguagem da criança surda. Essa filosofia utiliza os sinais, dentro da estrutura da Língua Portuguesa, como um recurso para o ensino da língua oral, ou seja, é enfatizado um sistema artificial chamado de português sinalizado. Tal sistema de ensino caracteriza-se, como bimodalismo, isto é, o uso simultâneo de sinais e da fala. (NASCIMENTO, 2018, p. 64)

Posterior a essas duas fases, surgiu no Brasil uma terceira e mais atual, caracterizada por uma proposta educacional bilíngue e bicultural. Fernandes e Rios (1998), Correia e Fernandes (2005), Quadros (1997a, 2005), Góes (1996) e Salles *et al* (2002) são unânimes ao destacar que o bilinguismo é uma proposta de ensino que considera a língua de sinais como língua própria da criança surda, ou seja, como sua primeira língua, a qual deve ser aprendida o mais cedo possível e a língua portuguesa escrita, como língua de acesso ao conhecimento, ensinada a partir da língua de sinais, baseando-se em técnicas de ensino de segunda língua. Já a proposta bicultural, por sua vez, permite ao surdo o seu acesso rápido à comunidade ouvinte e faz com que ele se reconheça como parte de uma comunidade surda.

Essa escola inclusiva, serve como espaço de socialização e tolerância para as duas partes, tanto para o surdo quanto para o ouvinte. Souza e Góes, pontuam que é de extrema importância a socialização do discente surdo com alunos “normais”, isso auxiliaria na integração social. É evidente, que um posicionamento deste gênero, deve ter um amparo teórico consistente. Neste contexto de trajetória, a libras ganhou força, ampliando a possibilidade comunicativa, sendo usada por surdos e ouvintes, e sobrevivendo dentro das igrejas, em associações de surdos, em escolas bilíngues e em outros espaços sociais. A linguística: “[...] ciência que se dedica ao estudo da linguagem.” (PENHA, 2018, p. 4), comprova, a cada dia, o *status* a libras. Indica os elementos linguísticos e sua riqueza, e “regulamenta” não de forma legal, mas sobre tudo, social, a natureza da comunicação com o uso dos sinais, bem como, as diferentes possibilidades de comunicação que a mesma promove.

E foi essa mobilização social e científica, que fez eclodir no ano de 2002, por meio da Lei 10.436, a

Libras fosse conhecida legalmente como meio de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira. Também neste mesmo documento, foi definido que os surdos têm direito de acesso à informação e a comunicação com o uso da Libras. Percebe-se, portanto, que houve um “fosso” entre o início do uso da Libras, ou melhor, da comunicação com o uso dos sinais, já que ainda não era reconhecida como língua, e o seu reconhecimento legal da Libras.

Apesar de ter sido reconhecida de forma tardia, mas em 24 de abril de 2002, a Libras passou a fazer parte a lista de línguas reconhecidas e usada em território brasileiro. No texto da Lei 10.436 está descrito que esta língua passa a ser reconhecida: “como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.” (BRASIL, 2002, s/p).

O reconhecimento da Libras trouxe outros avanços para a comunidade surda, visto que promoveu a implantação da Libras como disciplina obrigatória no ambiente acadêmico:

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. (BRASIL, 2002, s/p)

Além dos itens já mencionados, foi possível verificar que os avanços na formação dos surdos também estão sendo registrados e com muito sucesso. Hoje, a realidade é diferente de tudo o que já foi registrado em nossa sociedade. Não temos só surdos com formação acadêmica, mas temos também, surdos com título de Mestre e Doutor, surdos que estão se desenvolvendo no campo do comércio e atuando como empresários e conquistando o espaço social que lhes pertence.

No ano de 2012, a Universidade de Fortaleza tem o registro do primeiro aluno com surdez, concluindo o curso de Mestrado em Administração. Em 2016, a Universidade de Goiás, tem a primeira aluna com surdez concluindo o curso de Mestrado. Já no ano de 2018, a Universidade Federal do Pará, registra mais uma conquista da comunidade surda e registra a conclusão do curso de Mestrado de um aluno com surdez. Essas e outras histórias se somam e constroem uma nova história para a comunidade surda. Desta vez, uma história sendo construída pela comunidade surda e, sendo pautada no respeito à diversidade, mas sendo amparada pela lei.

Em Sergipe, temos uma referência de sucesso de surdos empresário, que, além de servir de estímulo para outros surdos sergipanos, promove a inclusão de outros surdos. O dono da sorveteria é surdo, ele faz questão de ter, com seu rol de funcionários outras pessoas com surdez. Segundo publicação do site culturasurda.net, a sorveteria Il surdo:

[...] vem cativando públicos surdos e ouvintes, agora em Aracaju (Sergipe): comandada por Breno Oliveira (surdo), a Il Sordo vende gelatos artesanais e paletas mexicanas, e conta também com atendentes surdos usuários da língua de sinais. Localizada na Avenida Mário Jorge Menezes Vieira (na Galeria Amaromar), a Il Sordo oferece sorvetes de sapoti, maracujá, amendoim, jaca, doce de leite, yogurt, baunilha, goiaba, manga, morango, entre vários outros, além de deliciosos combos. No meio de tantos sabores, a Libras destaca-se como forma privilegiada de comunicação – seja entre os funcionários surdos, seja por boa parte dos clientes ouvintes que aprendem ali os seus primeiros sinais. (CULTURASURDA.NET, 2016, s/p)

Mas, é cabível lembrar que a realidade presente só é possível porque a Libras teve reconhecimento, foi valorizada assim também como a pessoa com surdez. A sociedade contou com Políticas Públicas de incentivo à educação da pessoa com surdez e a oportunidade, por meio de lei, aos surdos, de lograrem espaço no mundo dos negócios, nos contextos acadêmicos e educacionais e em tantos outros espaços que compõe a sociedade.

É lógico afirmar que todas as conquistas até agora registrada, nesta seara, teve origem com as lutas originárias de mobilizações da comunidade surda. Entenda-se comunidade surda como sendo representada não só por pessoas com surdez, mas também, por pessoas ouvintes que usam a libras e estas podem ser, familiares de surdos, professores, amigos, intérpretes e usuários da Libras de forma geral.

Ainda sobre as conquistas da comunidade surda, movimentos como o que ocorreu no último dia 10 de maio de 2019, são decisivos para a conquista de direitos e reconhecimentos não só da língua, mas também, dos direitos da pessoa com surdez.

Este evento supracitado, ocorreu no plenário da Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE), com o título: *Audiência debate escola bilíngue para mais de 700 surdos no Estado*, marca a voz e a necessidade do surdo, registra uma movimentação coesa de pessoas que sabem exatamente qual a sua necessidade e sentem a ausência da atuação do Poder Público diante dos direitos que lhes são conferidos, é assim que estas estão se mobilizando para que as mudanças ocorram.

Entre as pessoas que se fizeram presentes e que buscam o respeito às escolas bilíngues para surdos, estavam: [...] a coordenadora Geral de Política Pedagógica da Educação Bilíngue do MEC, Flaviane Reis; o presidente do Centro de Surdos de Aracaju (CESAJU), Pablo Ramon Lima de Barros; a presidente do Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe (IPAESE), Ana Lúcia; o vice-presidente do CESAJU e professor substituto do curso de Letras-Libras da UFS, Geraldo Ferreira Filho.

A representação de pessoas com surdez e que se fazem presentes em movimentos surdos que estão liderando a busca por melhorias a presença de professores surdos e ouvintes, intérpretes de libras e outros que apoiam o movimento surdo dão legitimidade as ações e favorecem os bons resultados.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A elaboração desta pesquisa teve como principais fontes de materiais elaborados por profissionais do curso de Letras/Libras da UNIASSELVE. A abordagem foi realizada em disciplinas da grade do curso. Trata-se, portanto de acesso às fontes secundárias de pesquisa, sendo que os autores organizaram o material com base em outras obras já publicadas e ou, de observação de outros elementos que versam sobre o tema pesquisado.

Foram também materiais de análise, texto da lei que reconhece a Libras como língua. O documento é uma fonte primária e foi analisado, com o objetivo de registrar a veracidade das informações referentes ao tema abordado. Outro texto Lei que fora analisado e faz parte do compêndio de fontes primárias, é o Decreto 5.626, que regulamenta a Lei 10.436.

Além desses itens já mencionados, foi necessário, consultar artigos, publicados em Anais de evento, e em Dissertação de Mestrado, de minha autoria. Tratam-se, também de fontes secundárias, mas que compilam informações extraídas de documentos originais. Como é o caso de citação sobre o primeiro professor de surdos a atuar no Brasil.

Para a composição deste texto, foram realizadas leituras, com necessidade de elaboração de ficha, para seleções e exclusão de informações primárias e secundárias. Estudo e análise de informações bem como comparação de datas importantes para a abordagem. Assim, verifica-se que se trata de uma pesquisa de cunho bibliográfico com revisão de literatura.

4. CONCLUSÃO

Para argumentar sobre os pontos que possibilitam ou não o reconhecimento de uma língua, foi possível entender que existem itens sociais que definem a permanência de uso e propagação de um código linguístico. Que temos diferentes tipos de linguagens que promovem a comunicação clara e objetiva, mas que a libras não se resume ao perfil exclusivo de linguagem. Tal entendimento decorre da observação dos itens que compõe a gramática da Libras, mas, principalmente, à sua composição desde o mais simples elemento até a composição mais ampla da gramática. Ciências como a linguística, se somam ao entendimento e estudo dos itens que compõe natureza da Libras e de outras línguas, de sinais e orais.

Sobre as definições de reconhecimento legal da libras, ainda que alguns escritores afirmem não haver reconhecimento legal, e justificarem que o fato se confirma com a não oferta da libras como disciplina obrigatória nos currículos da educação básica, é possível afirmar que a libras é sim, uma língua reconhecida no território brasileiro e já conta com obrigatoriedade de uso e ensino nas universidades Federais, Estaduais, e Particulares, além de já ser obrigatória em salas de aula onde houver alunos com surdez, em qualquer nível de escolaridade e em qualquer esfera educacional, federal, estadual, municipal ou particular.

Segundo Barbosa et al (2013), as políticas linguísticas e educacionais devem ser consumadas pelas comunidades a que elas se prestam. Ora, no que tange a língua brasileira de sinais e as respectivas políticas que a orbitam, tanto a comunidade surda como aqueles que trabalham ou trabalharão com e/ou para a comunidade surda, devem entender a responsabilidade desta conscientização, não cabe apenas ao Estado, mas um esforço conjunto para expandir o alcance da Libras, que ainda se encontra em estado de normalização linguística.

O que ocorreu Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE), é um passo no processo político educacional, que vem sendo esperado há muito tempo. Possivelmente outras conquistas serão alcançadas pelos surdos nos próximos anos, pois a comunidade surda tem se mobilizado de forma intensa, e são essas mobilizações que marcam as conquistas não só dos surdos, mas também, de outros grupos que buscam por qualidade de vida.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR-6023. **Informação e documentação – Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

BARBOSA, Felipe Venâncio; NEVES, Sylvia Lia Grespan; BARBOSA, Andréa Ferreira. **Política linguística e ensino de português como segunda língua**. In: Libras em estudo: política educacional[S.l: s.n.], 2013.

BRASIL, **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:
Acesso em: 07 maio 2019.

CARNEIRO, Marília Ignatius Nogueira. **O uso das tecnologias de comunicação pelo surdo**: limites e possibilidades para o desenvolvimento da linguagem. Maringá. 2016.

CULTURASURDA.NET. Il Sordo, 2016. Disponível em:
<https://culturasurda.net/2016/03/08/il-sordo/> Acesso em: 06 jul. 2019.

NASCIMENTO, Kathia C. S. **Os sentidos e as singularidades do Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe**. Aracaju: Unit, 2018.

NASCIMENTO, Kathia C. S. SANTOS, B. O.; GONÇALVES, H. A. Signos linguísticos: surdez, linguagem imagética e marketing. **Anais da Revista do 11º Encontro Internacional de Professores**, v. 9, 2016.

NOGUEIRA, Clélia M. I.; CARNEIRO, Marília Ignatius Nogueira; SOARES, Beatriz I. Nogueira. **LIBRAS**. Maringá-Pr.: UniCesumar, 2019.

OLIVEIRA, Kelly Monique. Audiência debate escola bilíngue para mais de 700 surdos no Estado. Disponível em:
<https://al.se.leg.br/audiencia-debate-escola-bilingue-para-mais-de-700-surdos-no-estado/> Acesso em: 12 de maio de 2019.

PENHA, Nilma Moreira da. **Fonética e fonologia** - processo das línguas orais e língua de sinais. Indaial: UNIASSELVI, 2018.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2005.

SANTOS, A. P. S.; QUERIQUELLI, L. H. M. **Estudos da tradução e interpretação em língua de sinais**. - Indaial: UNIASSELVI, 2018.

REILY, L. **Escola Inclusiva**: Linguagem e mediação. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004

SOUZA, R. M. de. & Góes, M.C. R. de. O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In: SKLIAR, C. (Org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos. 1v. Porto Alegre: Mediação, 1999.